

Quem são os proprietários dos BRICS

(*) Carlos Tautz

(**) João Roberto Lopes Pinto

Os governos dos países do BRICS anunciarão em sua próxima Cúpula, que ocorrerá em Fortaleza-CE nos dias 15 e 16 de julho, a criação de um banco de desenvolvimento conjunto. A informação foi confirmada pelo Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Carlos Márcio Bicalho Cozendey, no Seminário “Por equidade e justiça socioambiental nos BRICS”, evento organizado em finais de abril por entidades da sociedade civil, no Rio de Janeiro. Cozendey informou, ainda, que o Banco dos BRICS nascerá com um orçamento de U\$ 50 bi, com prévia autorização para chegar a U\$ 100 bi. Será um Banco voltado a financiar projetos, empresariais ou de governos, nos setores de infra-estrutura e desenvolvimento sustentável, tendo como foco o continente africano. As questões ainda por definir dizem respeito, particularmente, se os aportes de capital por cada país membro serão de igual valor ou não, definindo, na verdade, a distribuição de poder na gestão do futuro Banco, cuja localização da sede é outro ponto ainda indefinido.

Na oportunidade, Cozendey foi questionado sobre as possibilidades de uma maior participação da sociedade civil na construção desta nova instituição de financiamento ao desenvolvimento, bem como sobre quais seriam os critérios e as salvaguardas ambientais e sociais que nortearão o futuro Banco. O representante do Ministério da Fazenda reconheceu a oportunidade das organizações da sociedade civil proporem critérios socioambientais para os projetos da futura instituição, mas se mostrou descrente quanto à possibilidade de formalização de canais de diálogo com organizações da sociedade civil.

O evento organizado no Rio ocorreu na esteira de outra iniciativa que reuniu uma série de organizações da sociedade civil em encontro paralelo à 5ª. Cúpula BRICS ocorrida em Durban, em março de 2013. O encontro em Durban reuniu representantes de experiências em diferentes países de monitoramento ao financiamento ao desenvolvimento, que manifestaram particular preocupação com o fato de que, tal como em outros espaços multilaterais, o primeiro ciclo de Cúpulas dos BRICS contou com a presença organizada e oficializada do empresariado, a despeito da não abertura de espaços oficiais de diálogo com organizações da sociedade civil.

A presença do empresariado se dá através do Fórum Empresarial dos BRICS, que se reuniu pela quarta vez em Durban e do Conselho Empresarial dos BRICS, constituído nesta última Cúpula. Em sua declaração, ao final da 5ª Cúpula, o Fórum Empresarial assinala que “a criação do Conselho Empresarial dos BRICS é uma medida prática que vai aprofundar relações econômicas entre os países do BRICS... devemos olhar para continuar o incremento do comércio intra-BRICS para alcançar, pelo menos, 500 bilhões dólares em 2015, conforme acordo do Fórum Empresarial anterior na Índia”¹.

O primeiro encontro do Conselho Empresarial dos BRICS ocorreu nos dias 19 e 20 de agosto de 2013, em Johannesburgo. Na declaração final do encontro, o Conselho Empresarial compromete-se a “promover Parcerias Público-Privadas entre empresariado e governos dos BRICS” e apela “aos

¹

Ver em <http://www.brics5.co.za/joint-statement-of-the-brics-business-forum-2013/>.

governos para acelerar a formação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS². No encontro, o Presidente sulafricano Zuma exortou o empresariado a aproveitar as oportunidades de negócio no âmbito dos BRICS, com destaques para: infra-estrutura, mineração, manufaturas, agricultura, energia e serviços financeiros³. A “nova partilha da África” parece ganhar contornos ainda mais nítidos em estudos como do Banco Mundial de 2010, que afirma que o déficit de infra-estrutura no continente exigiria aportes de U\$ 93 bilhões/ano até 2020, sendo que 40% deste montante somente em energia⁴.

Para além da formalização da criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS, os bancos de desenvolvimento dos países membros já firmaram, na Cúpula de Durban, acordos de cooperação de co-financiamento. BNDES, Banco de Desenvolvimento e Assuntos Econômicos Externos (Vnesheconombank) da Rússia, o Exim-Bank da Índia, o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e o Banco de Desenvolvimento do Sul da África (DBSA) assinaram o “Acordo Multilateral dos BRICS para o Cofinanciamento de Infraestrutura na África”, que visa a facilitar a pactos bilaterais entre os bancos de desenvolvimento do bloco para co-financiar projetos de interesse mútuo no continente, apoiando, por exemplo, investimentos de empresas de seus respectivos países; e o “Acordo de Cooperação Multilateral e Cofinanciamento para o Desenvolvimento Sustentável dos BRICS”, voltado a financiar projetos ligados à sustentabilidade e à economia de baixo carbono⁵.

A centralidade destas instituições financeiras nacionais de desenvolvimento nos investimentos dos países membros, impõe aos que buscam assegurar participação da sociedade civil no futuro Banco de Desenvolvimento dos BRICS conhecer como tais instituições financeiras encontram-se ligadas a determinadas corporações empresariais em seus contextos domésticos. O entendimento sobre quais são as principais corporações e projetos beneficiados pelas instituições financeiras de desenvolvimento em cada país dos BRICS, certamente trarão importantes sinalizações de grupos, setores, áreas e escala de atuação que deverão nortear o futuro Banco de Desenvolvimento do bloco. A formalização e efetivação dos espaços de participação empresarial no âmbito dos BRICS, permite identificar grupos empresariais principais representados no Conselho e Fórum Empresarial, bem como a relação destes grupos com as instituições financeiras de desenvolvimento em cada país membro.

Neste sentido, vale já destacar, em uma primeira aproximação, a composição do Conselho Empresarial dos BRICS:

África do Sul: Patrice Motsepe (Chairman): 8º. mais rico da África, segundo a Forbes e proprietário do conglomerado da mineração *African Rainbow Minerals (ARM)*, com quem a brasileira Vale possui uma *joint venture* em projeto de cobre na Zâmbia.

Brasil: José Rubens de La Rosa: Diretor da *Marcopolo SA*, fabricante de carrocerias de ônibus e uma das empresas mais internacionalizadas do país e que contou em 2010 com financiamento do BNDES para a exportação de ônibus para a África do Sul – figuram também como membros representantes do Brasil empresários da Vale, Gerdau, Weg e do Banco do Brasil.

² Ver em <http://www.safpi.org/news/article/2013/brics-business-council-statement-following-inaugural-meeting>

³ Ver em <http://www.safpi.org/news/article/2013/brics-business-council-jacob-zumas-address>

⁴ Ver em http://www.boell.org/downloads/HBS_Qobo_High-Ambitions-High-Risks.pdf

⁵ Foi também assinado um acordo sobre reservas, que assegura aos países membros acessarem, na eventualidade de um choque externo, recursos oriundos de parcela das reservas cambiais dos membros. Chama particular atenção, que pelo acordo os países teriam, então, acesso imediato até 30% dos recursos, acima deste patamar o acesso ficaria condicionado às regras e fiscalização do FMI.

Rússia: Sergey Katyrin: Presidente da *Câmara de Comércio e Indústria da Federação da Rússia*. A parte russa na iniciativa também inclui o chefe do Vnesheconombank, Vladimir Dmitriyev, o diretor da Corporação Estatal Rostekh, Sergei Chemezov, o presidente da empresa Ferrovias Russas, Vladimir Yakunin, e o diretor-geral do Fundo de Investimento Direto russo, Kirill Dmitriyev.

Índia: Onkar Kanwar: controlador da empresa *Pneus Apollo*, um dos maiores fabricantes de pneus da Índia com fábricas na Índia, Holanda e África do Sul.

China: Ma Zehua: Presidente da holding *China Ocean Shipping Companies Group (Cosco Group)*, uma das maiores multinacionais do mundo, com atuação no transporte marítimo internacional e com subsidiária no Brasil.

Como se vê, tratam-se de grande grupos privados com forte atuação no campo da logística, energia e *commodities*⁶. Vale dizer, que no caso do Brasil, o Instituto Mais Democracia desenvolveu, juntamente com a Cooperativa EITA, um estudo pioneiro sobre as conexões entre os principais grupos econômicos atuantes no país e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As conexões, neste caso, vão além dos volumosos empréstimos, estendendo-se às participações no capital destas empresas por meio do BNDES PARTICIPAÇÕES SA⁷.

Chama a atenção que os grupos historicamente beneficiados pelo BNDES são os mesmos que empreendem a internacionalização dos investimentos brasileiros no exterior, particularmente nos setores de *commodities*, insumos e logística. Ao mesmo tempo, constata-se que estes grupos estão, invariavelmente, envolvidos em projetos com graves passivos sociais e ambientais dentro e fora do país, a exemplo da atuação da Vale e Odebrecht em países da África. Cabe, então, indagar qual o real compromisso do governo brasileiro em favor da inclusão de cláusulas sócioambientais nos projetos a serem financiados pelo futuro Banco dos BRICS, já que no caso do BNDES se verifica uma enorme tolerância com violações de direitos sociais e ambientais nos projetos por ele financiados.

É essencial que as organizações da sociedade civil no Brasil e nos outros países dos BRICS avancem sobre um melhor entendimento das conexões entre as instituições de financiamento ao desenvolvimento e as corporações empresariais, sejam elas privadas ou estatais. As expectativas iniciais de que o Banco dos BRICS pudesse ser, nos marcos da cooperação Sul-Sul, um contraponto ao domínio das instituições de Bretton Woods (Bird e FMI), parecem cair por terra quando se percebe que nem a arquitetura financeira do novo Banco, nem tampouco a natureza dos projetos apoiados por suas instituições financeiras nacionais se distanciam da lógica de atuação daquelas instituições multilaterais.

(*) Jornalista e coordenador do Instituto Mais Democracia

(**) Cientista Político, coordenador do Instituto Mais Democracia e professor da Escola de Ciência Política da UNIRIO

⁶ Embora, no caso brasileiro, estejam presentes empresas do setor de bens de capital, a exemplo da Marcopolo e Weg, importa ressaltar que neste setor temos apenas mais a Embraer entre as vinte maiores multinacionais brasileiras em volume de investimento brasileiro no exterior.

⁷ Ver http://www.proprietariosdobrasil.org.br/index.php/pt-br/ranking?f=mostra_rede&id_empresa=20&aba=grafico.

Em 2009, o BNDESPAR detinha participações em 22 das 30 empresas brasileiras mais internacionalizadas.